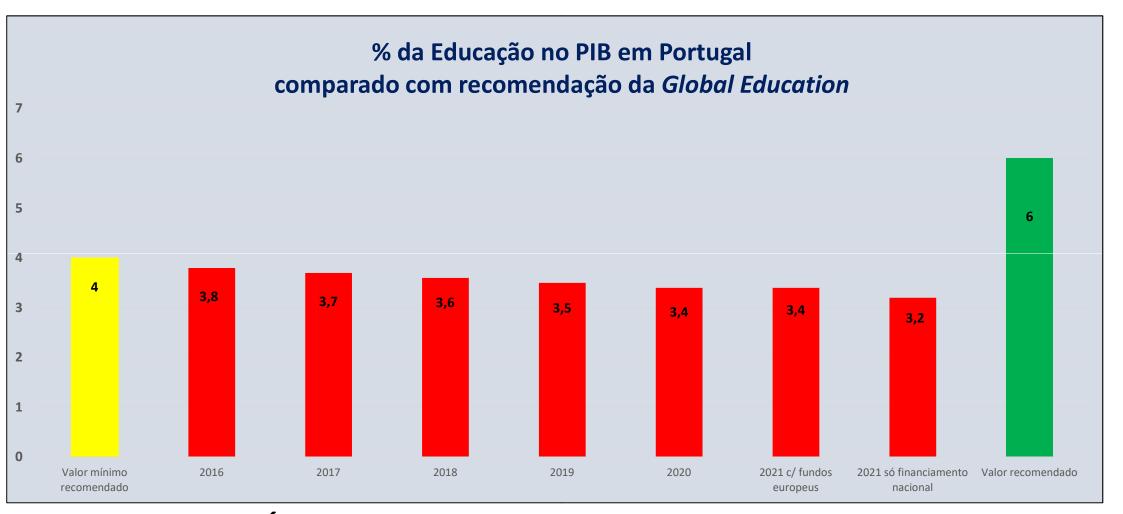


Orçamento do Estado para 2021 EDUCAÇÃO

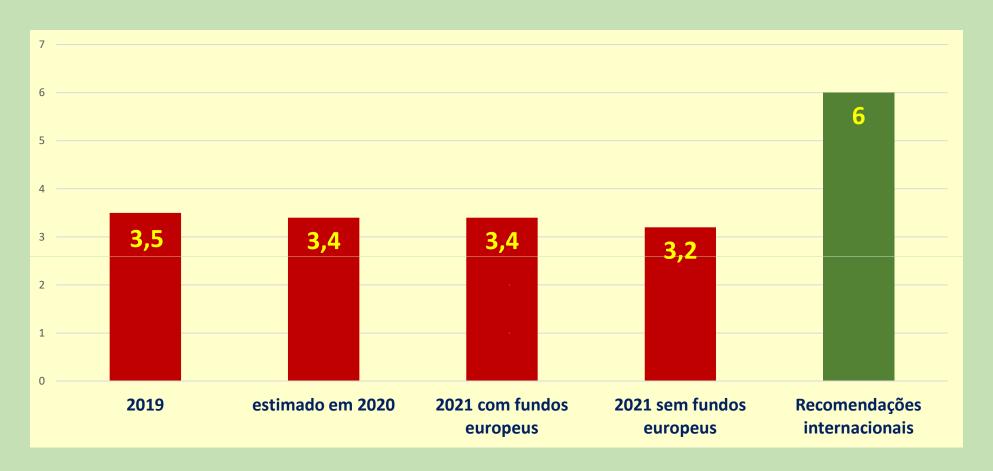


O ministro da Educação de Portugal subscreveu Declaração na reunião da *Global Education,* realizada em 22 de outubro de 2020 em que se recomenda que os países reservem para a Educação um valor compreendido entre os 4% e os 6% do PIB. Nesta reunião estiveram cerca de setenta participantes em representação de países e organizações internacionais.



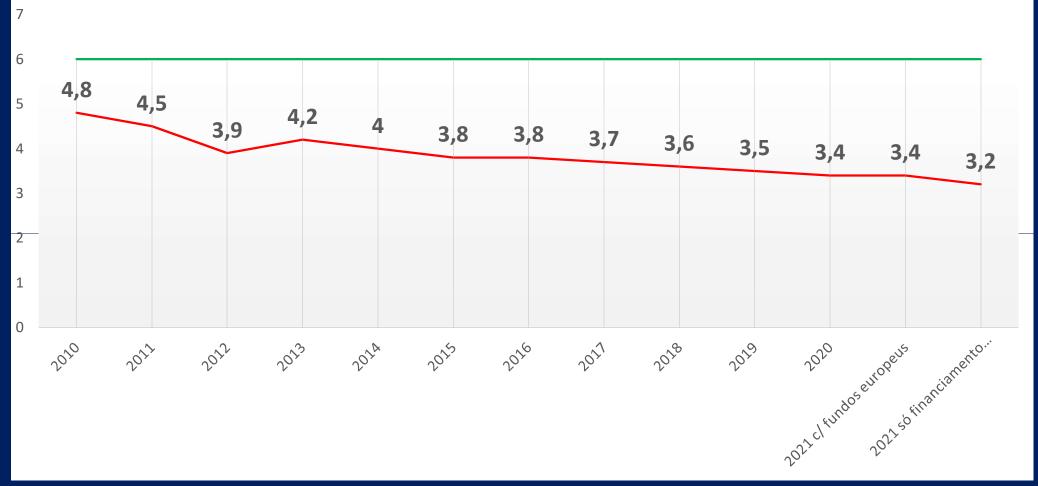
É caso para dizer que bem prega Frei Tomás...

Educação – verbas do Orçamento do Estado em percentagem do PIB

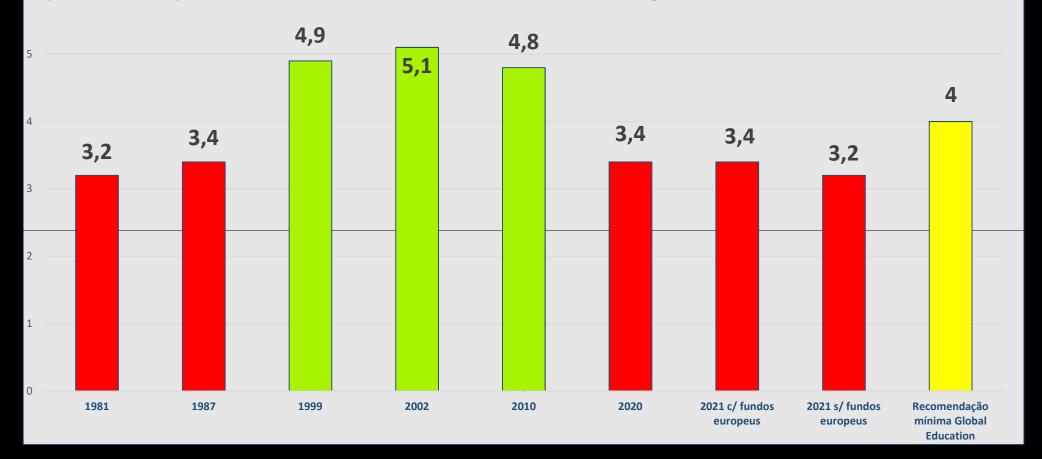


- 2019 3,5% do PIB
- 2020 3,4% do PIB, com quebra de 8,5% (previsão do governo) e valor estimado da Educação no Relatório do OE
- 2021 3,4% do PIB, com recuperação de 5,4% (previsão do governo) e fundos europeus previstos no OE2021
- 2021 3,2% do PIB, considerando recuperação de 5,4% (previsão do governo) e valor orçamentado sem fundos europeus (financiamento nacional)
 - Recomendações internacionais 6%





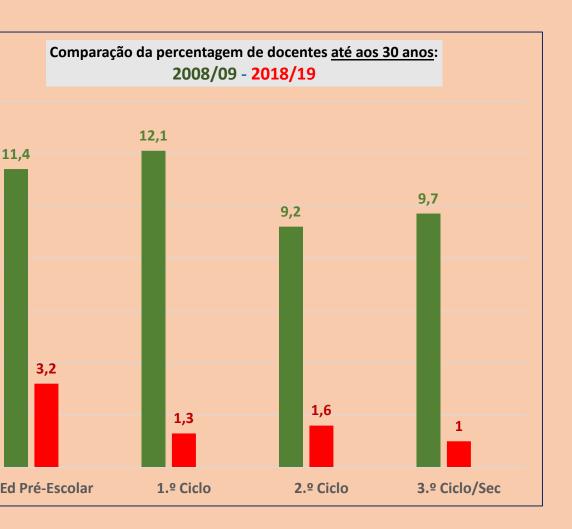
Valor da Educação em percentagem do PIB em Portugal: ₅ quadro comparativo entre diversos anos e recomendação mínima da *Global Education*

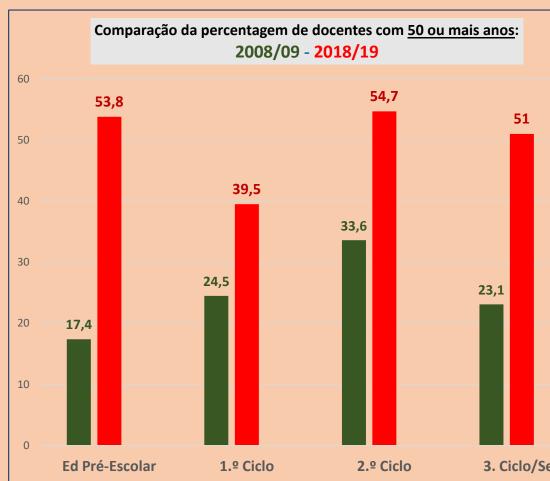


Decréscimo da despesa com recursos humanos



Envelhecimento da profissão docente

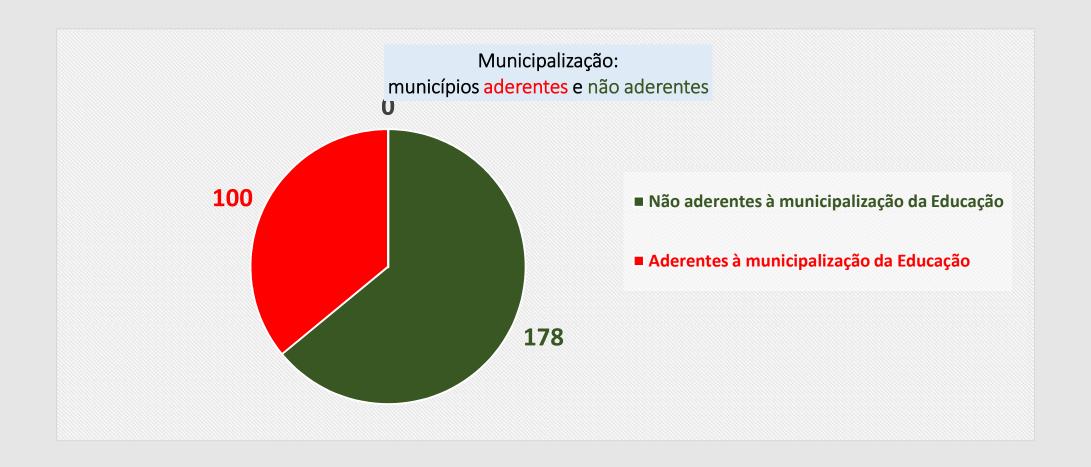




Docentes com 60 ou mais anos

Docentes com 60 ou mais a	anos: número e percentagen	n face ao total de docentes
Educação Pré-Escolar	1523	10,1%
1.º Ciclo	2715	9,8%
2.º Ciclo	3887	17,7%
3.º Ciclo / Ens. Secundário	9231	12,9%
Total	17 356	12,7%

Municipalização: municípios aderentes e não aderentes



- A proposta de Orçamento do Estado para 2021 (OE2021) não valoriza a Educação, que se mantém na rota crescente em que mergulhou na última década e esquece os professores, passando ao lado das suas legítimas ivindicações em defesa da carreira, da estabilidade de emprego e profissional, das condições de trabalho ou da osentação, aspetos essenciais para que a profissão seja respeitada, se valorize e torne atrativa.
- Não apresenta soluções para problemas como o envelhecimento dos docentes e insiste em caminhos que são rados, como sejam a municipalização ou a crescente dependência de fundos comunitários, para onde se ansferem responsabilidades que deverão ser assumidas pelo financiamento nacional. É omissa em relação a edidas que não deveriam continuar a ser adiadas, como sejam a reorganização da rede, com a eliminação dos ega-agrupamentos, ou a recuperação da gestão democrática das escolas.
- Mesmo em relação a medidas apresentadas, a proposta de OE2021 está aquém do que se exige e esperava ou o é clara. São disso exemplo a ausência de uma resposta efetivamente pública de creches ou o alargamento da de de jardins de infância do Ministério da Educação ou o anunciado aumento de recursos humanos nas escolas a le corresponde, depois, um decréscimo da despesa.